

A onda ESG

Jerson Kelman

Desenvolvimento sustentável - uma causa tradicionalmente defendida por ONGs – recentemente passou a ser também de interesse de muitos gestores de fundos de investimento. Motivados por suas próprias convicções ou pelas convicções dos investidores, passaram a escrutinar a maneira como as empresas onde aplicam capital se posicionam em relação ao desenvolvimento sustentável, rebatizado de “ESG” (as letras iniciais das palavras ambiente, social e governança na língua inglesa).

Há pelo menos três explicações para essa nova tendência. Primeira, a geração que chega a postos de comando teve educação mais voltada para as questões ambientais do que a que sai de cena. Segunda, a pandemia disseminou a percepção de vulnerabilidade coletiva para a condição humana; se um vírus pode causar o estrago que está causando, o que dizer de uma irreversível mudança climática? Terceira, nos países desenvolvidos propõe-se o *Green Deal*, inspirado no *New Deal*, de Roosevelt, como uma das locomotivas para puxar a atividade econômica pós-pandemia. O objetivo é renovar a existente infraestrutura e remodelar o processo produtivo de uma nova forma, ambiental e socialmente mais sustentável.

A “maneira ESG” de avaliar empresas veio para ficar. Temas relacionados a *compliance* que em geral eram vistos negativamente, como restrições ao espaço de decisão, agora são vistos positivamente, como integrantes da “função objetivo” a ser otimizada. É uma tendência mundial.

Uma empresa brasileira pode merecer nota dez em ESG mas será vista com desconfiança enquanto o Brasil continuar a ser percebido internacionalmente como o país irresponsável que queima a Floresta Amazônica. Por esse motivo, empresários, ex-ministros, ex-diretores do Banco do Banco Central e dirigentes das principais instituições financeiras têm se manifestado para explicar o óbvio: a exploração predatória da floresta beneficia criminosos e prejudica não apenas o meio ambiente, mas também o desenvolvimento econômico do país.

O Governo hesita em agir resolutamente porque identifica as impressões digitais de disputas comerciais e/ou geopolíticas nas pressões oriundas do exterior. Elas de fato existem. Mas não se deve cair na armadilha de defender o indefensável. Nem produzir ruídos ideológicos que dificultam o reconhecimento do que fazemos certo, inclusive na ótica ESG. Por exemplo, cerca de 90% de toda a produção de eletricidade em 2019 foi realizada por fontes renováveis, principalmente água, vento, sol e biomassa. Ou seja, o setor elétrico brasileiro já é agora o que muitos países desenvolvidos querem ser daqui a muitos anos.

Se o Brasil recuperasse a credibilidade que já teve na questão ambiental, poderia aproveitar a onda ESG para propor o aumento do percentual de mistura do etanol anidro produzido nos países tropicais na gasolina utilizada nos países temperados. Numa só cajadada se diminuiria a emissão de GEE e as migrações causadas pela pobreza que tanto incomodam os países desenvolvidos:

Jerson Kelman é professor da COPPE-UFRJ, ex-presidente da ANA e ex-diretor-geral da ANEEL

Publicado em Brasil Energia, 19/09/2020